


 ISBN 978-85-240-4577-6
 © IBGE, 2023

Evolução dos Indicadores não Monetários de Pobreza e Qualidade de Vida no Brasil com Base na Pesquisa de Orçamentos Familiares

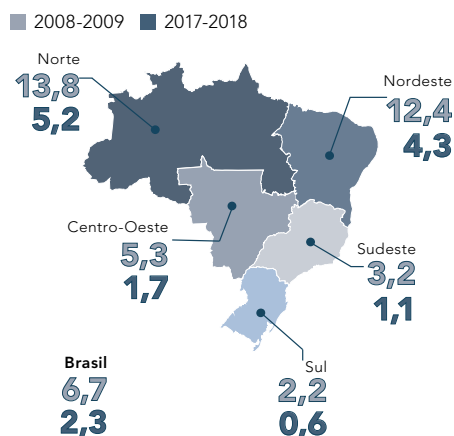
Introdução¹

As edições da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 e 2017-2018, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, retratam e possibilitam a análise da qualidade de vida no Brasil a partir dos orçamentos domésticos e demais indicadores investigados. Além do orçamento, são investigadas as características dos domicílios e das famílias, as avaliações subjetivas, as restrições à saúde, o tempo de deslocamento, o acesso aos

serviços de utilidade pública, alimentação e outros elementos da qualidade de vida.

Os resultados referentes às perdas de qualidade de vida, obtidos a partir de um amplo conjunto de indicadores não monetários objetivos e subjetivos representados por seis dimensões, já foram explorados na publicação *Evolução dos indicadores de qualidade de vida no Brasil com*

Índice de pobreza multidimensional não monetário - IPM-NM



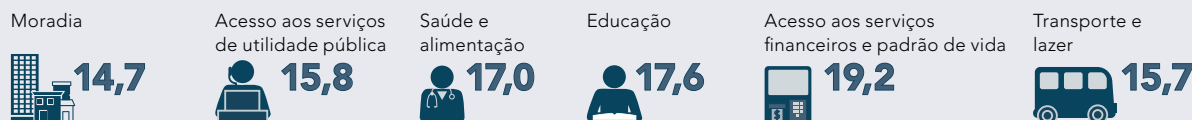
Contribuição para o IPM-NM (%)

Grandes Regiões	2008-2009		2017-2018		
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	
Norte	16,8	19,4	1º	28,4	35,3
Nordeste	52,6	51,1	2º	20,1	19,9
Sudeste	20,0	19,8	3º	15,1	14,2
Sul	4,9	3,9	4º	12,0	10,0
Centro-Oeste	5,8	5,8	10º	0,7	0,3

Cor ou raça	2008-2009		2017-2018	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Branca	22,9	19,7		
Preta e parda	75,7	79,1		

Contribuição das dimensões para a soma dos efeitos marginais (%)

2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

¹ A publicação é divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que apresenta novos indicadores da pesquisa, de natureza experimental, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, com considerações de natureza metodológica. Outras informações sobre a POF encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=o-que-e>.

base na Pesquisa de Orçamentos Familiares² que apresentou o índice de perda de qualidade de vida (IPQV) e o índice de desempenho socioeconômico (IDS). Por serem estatísticas novas, que ainda estão em fase de teste e sob avaliação, tais indicadores foram divulgados sob o selo de Investigações Experimentais. As seis dimensões citadas são: i) moradia: abrange a estrutura do domicílio, seu entorno e vizinhança e as condições ambientais, (ex: poluição) assim como avaliação da moradia; ii) acesso aos serviços de utilidade pública: abrange eletricidade, esgotamento sanitário, água e coleta de lixo, assim como a avaliação destes serviços; iii) saúde e alimentação: abrange insegurança alimentar, acesso aos serviços de saúde e medicamentos, além da avaliação da saúde e alimentação; iv) educação: abrange a frequência e o atraso escolar, além da avaliação da educação; v) acesso aos serviços financeiros e padrão de vida: abrange a posse de bens duráveis, conta em banco e as dificuldades de pagar as contas do dia a dia; e vi) transporte e lazer: abrange o equilíbrio no uso do tempo em atividades do dia a dia, como o transporte para o trabalho, as jornadas de trabalho e a avaliação do transporte e do lazer.

No presente estudo, também de natureza experimental, tais informações foram utilizadas para mensurar a pobreza e a vulnerabilidade no Brasil em uma abordagem multidimensional e não monetária integrada: a da qualidade de vida, já empregada pelo IBGE. Para tanto foram seguidos dois passos ou etapas. O primeiro deles é a identificação daqueles com algum grau de pobreza ou vulnerabilidade multidimensional, o que é feito com base em funções de identificação ou ligação que indiquem perdas elevadas na qualidade de vida. O segundo passo é o cálculo dos diferentes graus de pobreza e de vulnerabilidade existentes na população e sua agregação em medidas ou índices capazes de expressar as desigualdades na qualidade de vida³.

Nesta divulgação são apresentados três índices: o índice de pobreza multidimensional não monetário (IPM-NM), o índice de vulnerabilidade multidimensional não monetário (IVM-NM) e o índice de pobreza multidimensional com componente relativo (IPM-CR). Os dois primeiros índices recorrem a pontos de corte nos passos da identificação e mensuração que são (aproximadamente) o dobro daqueles definidos nos índices multidimensionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (United Nations Development Programme - UNDP) em função do número de dimensões⁴. Mais especificamente, os pontos de corte do IVM-NM e IPM-NM são equivalentes a $\frac{1}{6}$ e $\frac{1}{3}$ do total da contagem (pondera-

da) das perdas de qualidade de vida, o que representa o total dos pesos de uma e duas dimensões respectivamente⁵. Dessa forma, as pessoas identificadas com algum grau de pobreza multidimensional não monetária formam um subconjunto daquelas com algum grau de vulnerabilidade. Após a etapa da identificação, as perdas de qualidade de vida e as funções de severidade⁶ determinam a mensuração do grau de pobreza e vulnerabilidade de cada pessoa assim como os valores do IVM-NM e IPM-NM. Logo, estes índices podem ser vistos como medidas absolutas de pobreza e vulnerabilidade, sensíveis às desigualdades na qualidade de vida.

Já o IPM-CR aborda a pobreza por outra perspectiva, introduzindo um componente relativo nos passos de identificação e mensuração. O IPM-CR não busca a distinção entre pobres e vulneráveis, nem adota pontos de corte e sim uma função de ligação ou pertencimento que utiliza informações contidas nas diferentes parcelas da distribuição das perdas de qualidade de vida. Tal função de pertencimento associa para cada pessoa um grau ou componente relativo. Juntos, o componente relativo e o nível de perdas de qualidade de vida de cada pessoa determinam os distintos graus de pobreza na população, assim como o valor do índice.

Os valores dos três índices são apresentados em uma escala de 0 a 100, sendo 100 o maior nível possível de pobreza ou vulnerabilidade multidimensionais não monetários que uma sociedade pode registrar⁷.

O IVM-NM, IPM-NM e IPM-CR são calculados com base nas POFs 2008-2009 e 2017-2018, para o Brasil e para diferentes parcelas da população, definidas por aspectos sociais e econômicos como, por exemplo, áreas rurais e urbanas, sexo da pessoa de referência ou décimos de renda.

Também são apresentadas as importâncias das seis dimensões nas determinações do IVM-NM, IPM-NM e IPM-CR. Os resultados identificam uma forte semelhança entre as contribuições das dimensões dos três índices. O que significa que, além de identificar, basicamente, os mesmos grupos como aqueles que mais sofrem com a pobreza e com a perda de qualidade de vida, os três índices sugerem, como os dados mostram, estratégias e prioridades semelhantes no combate à pobreza e à vulnerabilidade. Além disso, no período 2017-2018, a importância de cada dimensão estão mais próximas e indicam o caráter multidimensional do combate à pobreza e da vulnerabilidade na medida em que nenhuma dimensão domina as demais.

² A publicação apresenta uma lista de cerca de 50 indicadores e pesos utilizados no cálculo das perdas de qualidade de vida das pessoas, assim como a distribuição desses pesos pelas seis dimensões analisadas. Para mais informações, consultar: EVOLUÇÃO dos indicadores de qualidade de vida no Brasil com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 77 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, v. 50). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=pUBLICACOES>. Acesso em: jul. 2023.

³ Os detalhes desses dois passos, bem como as fontes de informações utilizadas sobre pobreza, vulnerabilidade e qualidade de vida, estão no documento **Notas técnicas**, que acompanha esta publicação.

⁴ Sobre os pontos de corte do PNUD consultar: HUMAN development report 2021/2022: uncertain times, unsettled lives: shaping our future in a transforming world. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2022. 305 p. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22>. Acesso em: jul. 2023.

⁵ Os pesos dos indicadores são tais que suas somas igualem $\frac{1}{6}$ em cada dimensão.

⁶ Mais detalhes estão descritos nas **Notas técnicas** que acompanham essa publicação.

⁷ Originalmente, os índices vão de 0 a 1, mas foram multiplicados por 100 para facilitar a exposição.

Identificação da pobreza e da vulnerabilidade multidimensional

A primeira etapa desta análise é a identificação das pessoas com algum grau de pobreza ou de vulnerabilidade multidimensional. No Brasil, a proporção da população que tinha algum grau de pobreza multidimensional na POF 2017-2018, foi de 22,3%. Este resultado representa uma queda de 21,9 p.p. em relação a parcela de 44,2% obtida na POF 2008-2009.

Na área urbana, a população que tinha algum grau de pobreza multidimensional, em 2017-2018, foi de 17,3%, enquanto no período anterior era 37,3%. Tendo em vista a área rural, observou-se que mais da metade das pessoas (51,1%) que residiam nesta área apresentavam algum grau de pobreza multidimensional em 2017-2018, apesar de ainda ser um percentual muito elevado, este resultado é cerca de 27 p.p. menor que em 2008-2009, em que a proporção desta população era de 77,8%.

Em relação as Grandes Regiões, os resultados das Regiões Norte e Nordeste foram mais significativos, esta fração da população correspondia a 73,3% e 69,2%, respectivamente, em 2008-2009. Em 2017-2018, a proporção das pessoas com algum grau de pobreza caiu para 43,8% (-29,5 p.p.) na Região Norte e para 38,2% (-31,0 p.p.) na Região Nordeste. O resultado da Região Sul também merece destaque, mesmo já sendo a Região com a menor proporção desta população em 2008-2009 (22,8%), teve uma redução de 14,0 p.p. e passou para 8,9% no período seguinte, tornando-se a única Região do País com parcela da população com algum grau de pobreza abaixo dos 10%.

Proporção da população, total e com algum grau de pobreza, segundo a situação de domicílio e as Grandes Regiões (%)

Situação de domicílio e Grandes Regiões	Proporção da população (%)			
	Total		Com algum grau de pobreza	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Total	100,0	100,0	44,2	22,3
Urbano	83,0	85,3	37,3	17,3
Rural	17,0	14,7	77,8	51,1
Grandes Regiões				
Norte	8,1	8,6	73,3	43,8
Nordeste	28,1	27,3	69,2	38,2
Sudeste	42,0	42,2	29,2	12,6
Sul	14,5	14,3	22,8	8,9
Centro-Oeste	7,3	7,7	44,4	20,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Ao observarmos a população com algum grau de vulnerabilidade multidimensional percebe-se uma grande diferença entre a situação das pessoas da área urbana e da área rural. Em 2008-2009, a quase totalidade da população da área rural tinha algum grau de vulnerabilidade, 97,2%. Esta proporção caiu para 92,9% em 2017-2018, porém ainda é um valor muito elevado, principalmente ao compará-lo com os resultados da área urbana que registrou 78,5% no primeiro período avaliado e reduziu para 58,8% no período seguinte. Ou seja, a área urbana tinha uma proporção menor que a rural e ainda assim teve uma redução mais acentuada da população com algum grau de vulnerabilidade.

Proporção da população, total e com algum grau de vulnerabilidade, segundo a situação de domicílio (%)

Situação de domicílio	Proporção da população (%)			
	Total		Com algum grau de vulnerabilidade	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Total	100,0	100,0	81,7	63,8
Urbano	83,0	85,3	78,5	58,8
Rural	17,0	14,7	97,2	92,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Entretanto, apenas a informação da proporção de pessoas com algum grau de pobreza ou vulnerabilidade multidimensional, não é capaz de fornecer dados suficientes para uma avaliação ampla a respeito da dinâmica destes aspectos sociais. Para entender qual a dimensão e a rapidez da mudança sucedida na qualidade de vida das famílias em vista da prevalência de pobreza ou vulnerabilidade, é necessário, além de identificação, a mensuração destes fenômenos.

O índice de pobreza multidimensional não monetário (IPM-NM) e o índice de vulnerabilidade multidimensional não monetário (IVM-NM) são duas das medidas que podemos utilizar para obter um melhor entendimento acerca dos aspectos relacionados as desigualdades e a severidade na pobreza e vulnerabilidade.

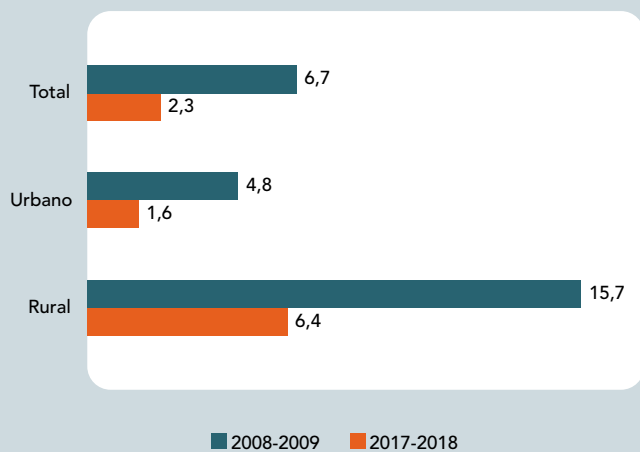
Mensuração da pobreza e da vulnerabilidade multidimensional

Índice de pobreza multidimensional não monetário

O índice de pobreza multidimensional não monetário (IPM-NM) do Brasil em 2008-2009 era 6,7 e reduziu para 2,3 em 2017-2018, uma variação no período em torno de 65%, revelando de fato uma queda mais intensa da pobreza da que foi observada através da proporção da população com algum grau de pobreza. Na área urbana o índice caiu cerca de 66%, passando de 4,8 em 2008-2009 para 1,6 em 2017-2018.

O caso da população da área rural é outro exemplo que expõem a necessidade de se mensurar em que grau houve avanço na pobreza, visto que a redução do IPM-NM nesta área passou de 15,7 em 2008-2009 para 6,4 em 2017-2018, representando uma redução absoluta significativa da pobreza de 59,5%. Por outro lado, em termos relativos, o IPM-NM da área rural não acompanhou os mesmos avanços obtidos pela área urbana, pois o índice da área rural permaneceu mais que o dobro do IPM-NM da área urbana.

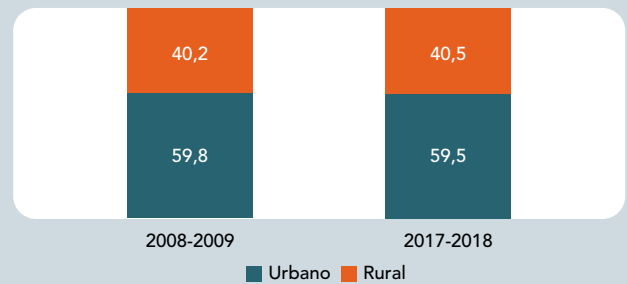
Índice de pobreza multidimensional não monetário, segundo a situação do domicílio



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Embora tenha havido queda do índice que mede a graduação da pobreza, a contribuição percentual das áreas urbana e rural para o IPM-NM do Brasil manteve-se estável no período, ou seja, a desigualdade entre a população destas duas áreas não foi alterada. Pode-se observar este fato, à medida que a área rural representava 40,5% do resultado do IPM-NM para o Brasil em 2017-2018, mesmo com uma população que representa cerca de 15% do total do País. Em 2008-2009 esta contribuição foi de 40,2%.

Contribuição percentual do subgrupo para o IPM-NM, por situação do domicílio (%)

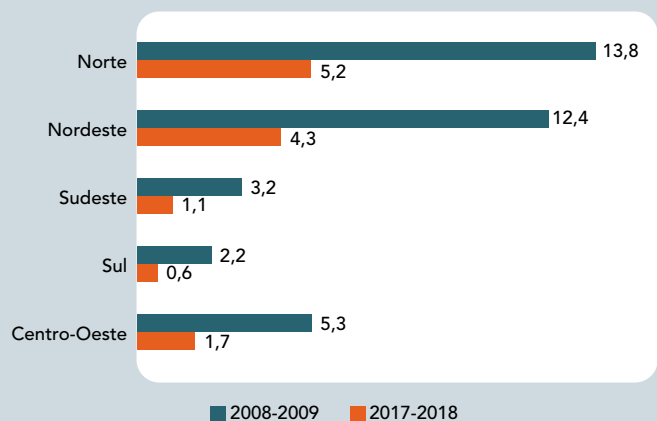


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Todas as Grandes Regiões apresentaram redução do IPM-NM no período. A Região Sul, que já tinha o índice mais baixo do Brasil em 2008-2009, foi a que teve a maior redução, 72,0%, com o IPM-NM caindo de 2,2 em 2008-2009 para 0,6 no período seguinte. Em 2017-2018, a Região Sudeste foi a segunda com menor IPM-NM, 1,1, e depois a Centro-Oeste com 1,7, quedas de 65,7% e 67,1%, respectivamente.

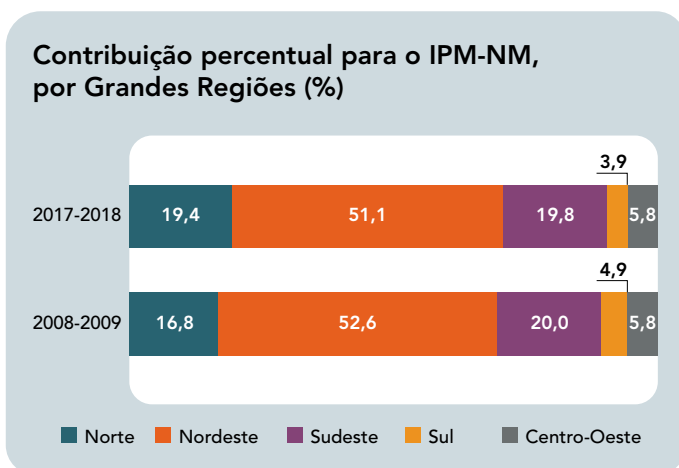
As Regiões Norte e Nordeste continuaram apresentando os maiores valores de IPM-NM do País em 2017-2018, entretanto é notória a melhoria destas Regiões em relação a medida de pobreza multidimensional, visto que a intensidade de privações que estavam submetidas era muito superior que as outras Regiões. A Região Norte tinha o IPM-NM em 2008-2009 de 13,8 e caiu para 5,2, uma variação de cerca de 62%, já a Região Nordeste teve uma queda de 65,1%, com o índice passando de 12,4 para 4,3.

Índice de pobreza multidimensional não monetário



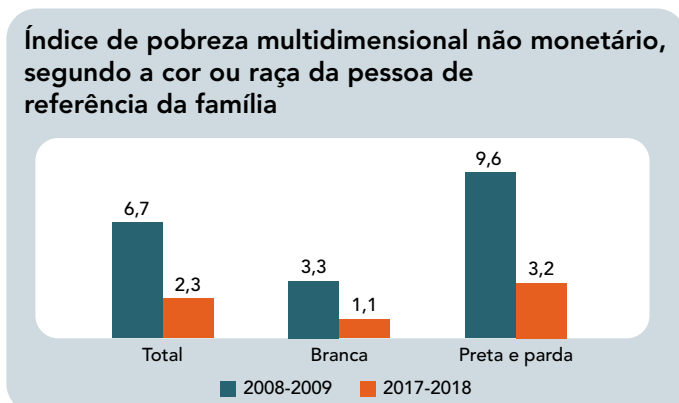
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

No que tange à contribuição de cada área para compor a medida de pobreza multidimensional do Brasil, em 2017-2018, a Região Nordeste permaneceu com maior participação, 51,1%. Esta contribuição representou quase o dobro da proporção total da população desta Região no Brasil. Na Região Norte nota-se a mesma questão, enquanto sua população representa 8,6% da população residente no País, a sua contribuição para a pobreza multidimensional nacional foi de 19,4%. O inverso ocorreu com as Regiões Sul e Sudeste, onde a proporção da população é de 14,3% e 42,2%, enquanto a contribuição para a pobreza foi de 3,9% e 19,8%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

A partir do subgrupo de cor ou raça da pessoa de referência, observa-se que o IPM-NM da parcela da população com pessoas de referência da cor preta ou parda foi de 9,6 para 3,2 (2008-2009 para 2017-2018). Outra forma de mostrar é pela redução percentual de 47,6%. Por outro lado, o IPM-NM de pessoas de referência da cor branca foi de 3,3 para 1,1. Apesar da redução em ambos os grupos, o IPM-NM para as famílias cuja pessoa de referência é de cor preta ou parda permaneceu quase três vezes maior em relação ao grupo de pessoa de referência de cor branca. Chama a atenção que nos dois períodos analisados, o IPM-NM das pessoas de referência na cor preta ou parda sempre era maior que o IPM-NM Brasil. Tais resultados evidenciam que a desigualdade estrutural não se alterou, apesar da redução do IPM-NM.

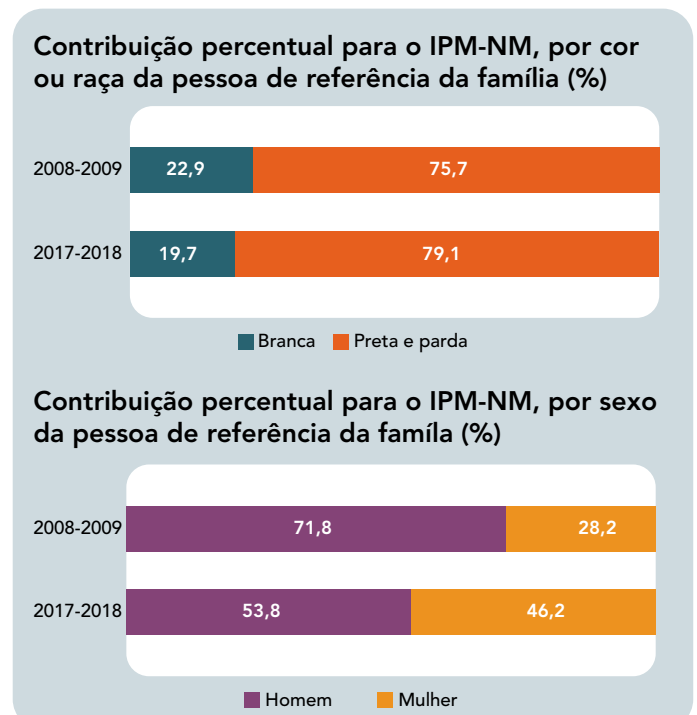


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Quanto a contribuição no IPM-NM Brasil dos que pertenciam ao grupo cuja pessoa de referência era da cor preta ou parda em 2008-2009 essa foi de 75,7%, enquanto em 2017-2018 vai para 79,1%, mostrando um aumento da participação. Por outro lado, os da cor branca, foi de 22,9% para 19,7%. Este dado revela que majoritariamente o grupo das pessoas de referência da cor preta ou parda são os que mais contribuíram e, por conseguinte, o grupo mais afetado pela pobreza multidimensional não monetária.

Considerando o subgrupo do sexo da pessoa de referência da família, não foi observada uma diferença significativa em relação ao IPM-NM. Em 2008-2009, a medida do índice era 6,6 quando a pessoa de referência era homem e 6,8 quando era mulher. No entanto, a redução do IPM-NM, em 2017-2018, para o subgrupo das famílias cuja pessoa de referência era homem foi mais acentuada (68,5%) do que do subgrupo cuja pessoa de referência era mulher (60,9%). Com isso o IPM-NM do primeiro subgrupo passou para 2,1 e do segundo para 2,7. Por conta do resultado do IPM-NM nesse caso serem de valores próximos, a contribuição para a medida de pobreza do Brasil pode estar muito relacionada à mudança ocorrida na proporção da população total de cada subgrupo. A proporção da população cuja pessoa de referência da família é do sexo masculino era de 72,4% em 2008-2009 e reduziu para 59,7% em 2017-2018. Por outro lado, a proporção da população em que a pessoa de referência da família era mulher aumentou de 27,6% no primeiro período para 40,3% no segundo.

No entanto, em termos de contribuição para a medida de pobreza do Brasil, a parcela da população cuja pessoa de referência é do sexo feminino cresceu além do seu aumento relativo populacional, contribuindo com 46,2% enquanto as famílias que têm homem como pessoa de referência contribuíram com 53,8%.



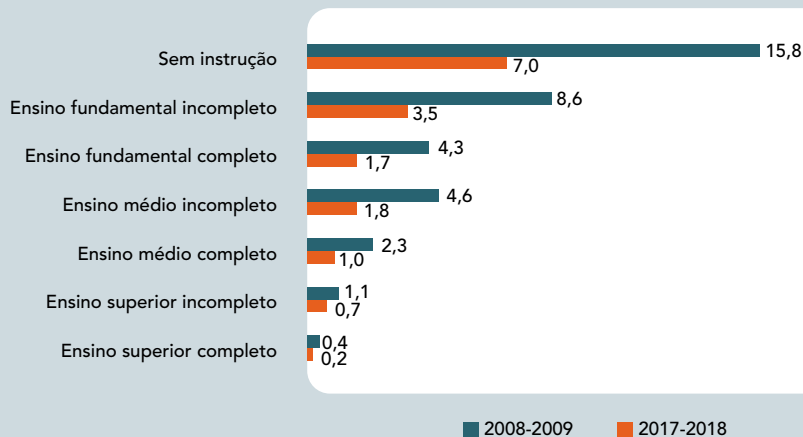
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

A medida da intensidade da pobreza, medida pelo IPM-NM, segundo o nível de instrução da pessoa de referência da família, registrou em todos os níveis de instrução redução no período analisado. No entanto, percebe-se uma relação direta entre uma maior pobreza multidimensional não monetária e um menor nível de instrução das pessoas de referência da família. O subgrupo cujas pessoas de referência da família têm menor nível de escolaridade apresentaram um valor de IPM-NM muito acima das demais categorias. O IPM-NM das pessoas de referência sem instrução caiu de 15,8 em 2008-2009 para 7,0 em 2017-2018, queda de aproximadamente 56%. Já para a família cuja pessoa de referência tinha o ensino fundamental incompleto ou completo tiveram uma diminuição no índice que mede a pobreza multidimensional em cerca de 59%, com valores em 2017-2018 de 3,5 e 1,7, respectivamente

Como esperado, quanto maior o nível de instrução, menor a medida de pobreza auferida. A conclusão do ensino médio foi um fator que teve significativo impacto sobre a medida de pobreza multidimensional. O IPM-NM da população cuja família tinha pessoa de referência com o ensino médio completo foi metade do valor obtido para o subgrupo em que a pessoa de referência não concluiu este nível de instrução nos dois anos analisados. Sendo 2,3 e 4,6, em 2008-2009, para os subgrupos com pessoa de referência da família com ensino médio completo e incompleto, respectivamente. Em 2017-2018 o IPM-NM foi de 1,0 e 1,8 para os mesmos subgrupos.

Ainda merece destaque as famílias de pessoa de referência com ensino superior completo que, mesmo com uma medida relacionada a poucas privações em 2008-2009 (0,4), diminuiu o IPM-NM em 51,8% e apresentou valor de 0,2 em 2017-2018.

Índice de pobreza multidimensional não monetário, segundo o nível de instrução da pessoa de referência

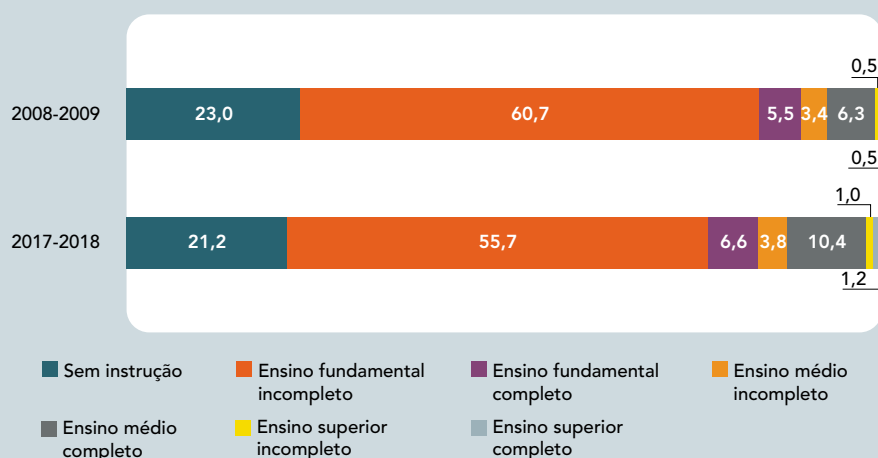


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

No que concerne a contribuição de cada categoria para a medida de pobreza multidimensional do Brasil, observa-se que em 2017-2018, as duas categorias de famílias em que a pessoa de referência tinha menor escolaridade eram responsáveis por 77,0% da proporção da população com algum grau de pobreza, sendo que

esta parcela representava 43,9% da população brasileira. Todavia, estas categorias foram as únicas que reduziram a contribuição para o total da medida de pobreza no Brasil em relação a 2008-2009, -1,8 p.p. para pessoa de referência sem instrução e -5,0 p.p. para pessoa de referência que tinha ensino fundamental incompleto.

Contribuição percentual para o IPM-NM, por nível de instrução da pessoa de referência da família (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

A partir das características de composição das famílias destaca-se os arranjos familiares compostos por adultos e crianças. Em 2008-2009, os maiores índices encontravam-se em grupos que continham crianças. Pode-se destacar o IPM-NM dos grupos com adultos e criança que era praticamente o dobro dos que não tinha criança. Em 2017-2018 todos os grupos apresentaram queda expressiva no IPM-NM. No entanto, as famílias com crianças foram as que tiveram uma maior intensidade na queda, demonstrando uma melhora neste grupo.

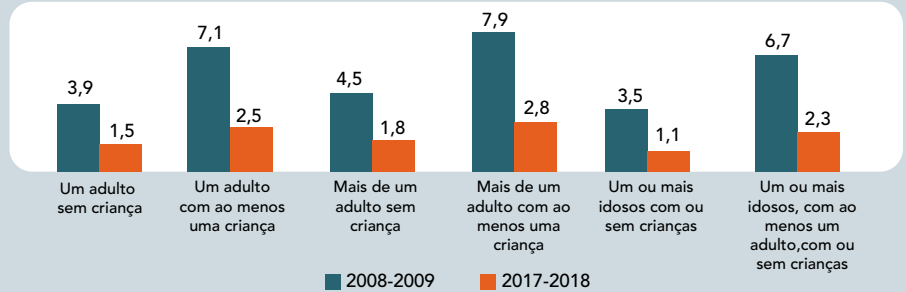
A contribuição do arranjo familiar com mais de um adulto com ao menos uma criança foi, em 2008-2009, de 63,3% e de 16,0% quando era sem criança. Entretanto, há uma mudança em 2017-2018. Os arranjos familiares com um ou mais adultos reduziram sua participação no índice nacional, famílias sem crianças e com idosos aumentaram.

Em relação a ordenação da população segundo o décimo da renda disponível familiar *per capita*, no período, houve redução na medida de pobreza multidimensional não monetária para a população de todos os décimos da renda disponível familiar *per capita* (RDFPC). O IPM-NM do grupo que pertence ao primeiro decil da RDFPC foi de 18,9 em 2008-2009 para 8,1 em 2017-2018, uma redução expressiva em torno de 57%. Do segundo ao quarto decil também ocorreram reduções expressivas. Por exemplo, no segundo decil a diminuição foi cerca de 66%, no quarto foi de 71,1%. Já, no último decil, o índice foi de 0,5 em 2008-2009 para 0,1 em 2017-2018, caindo 86,2%.

Com isto, nota-se que conforme os décimos de RDFPC crescem, a redução do IPM-NM no período ocorreu a taxas cada vez maiores. Este resultado evidencia a desigualdade observada, principalmente, entre o primeiro e o último décimos de renda, concentrando a pobreza ainda mais nos primeiros décimos da RDFPC.

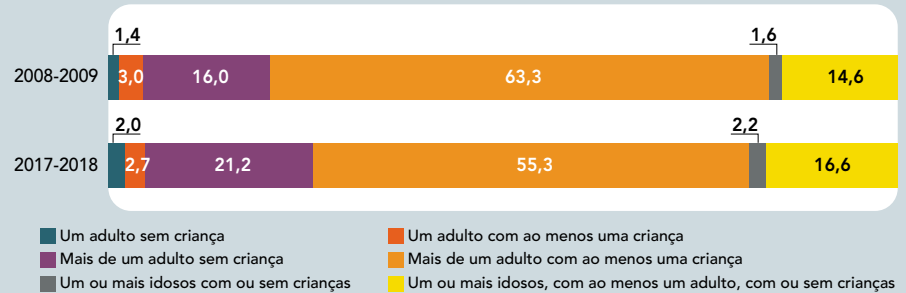
A contribuição de cada grupo na distribuição de rendimento na composição do IPM-NM Brasil mostra o grau de desvantagem em relação à qualidade de vida.

Índice de pobreza multidimensional não monetário, segundo a composição da família



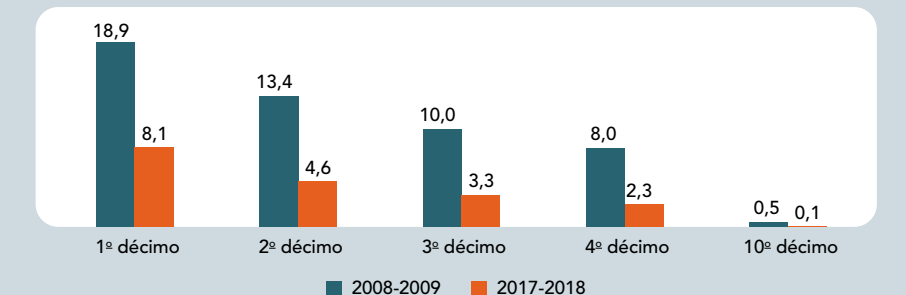
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Contribuição percentual para o IPM-NM, segundo a composição da família (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Índice de pobreza multidimensional não monetário, segundo os décimos da renda disponível familiar *per capita*



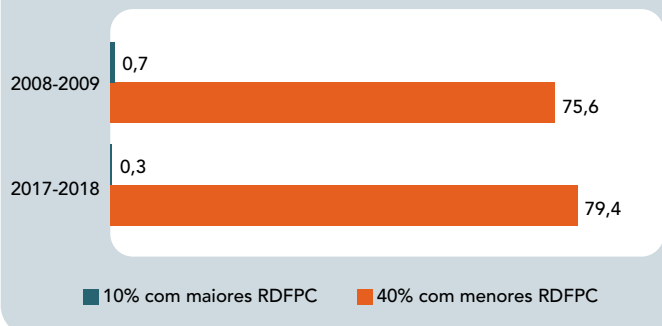
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Em 2008-2009, o primeiro decil participava com 28,4%. O grupo dos 40% das menores RDFPC contribuíam com 75,6% enquanto os 10% de maiores RDFPC com 0,7%. Em 2017-2018, a contribuição dos 40% aumentou para 79,4% e a dos 10% dos maiores rendimentos diminuiu para 0,3%.

As reduções dos níveis de pobreza segundo os décimos de renda são condi-

zantes com o papel instrumental da renda que, por um lado, possibilita a aquisição dos itens que a sociedade valoriza (como bens duráveis, estrutura do domicílio, medicamentos etc.) e, por outro lado, não impede que pessoas com renda elevada tenham algum grau de perda de qualidade de vida mesmo que esta seja relativamente menor.

Contribuição das 40% menores RDFPC e das 10% maiores RDFPC para o IPM-NM (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.
Nota: RDFPC = Renda disponível familiar per capita.

Índice de vulnerabilidade multidimensional não monetário

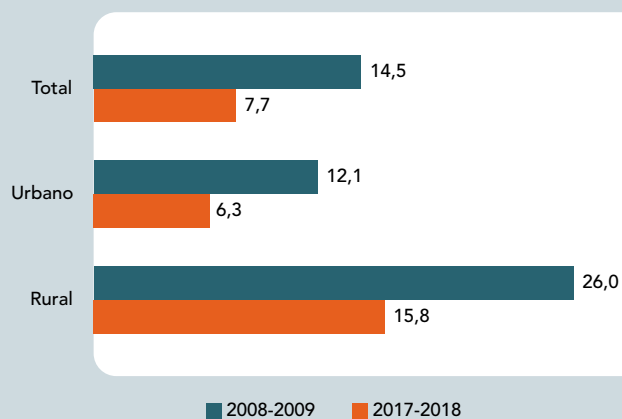
O índice de vulnerabilidade multidimensional não monetário (IVM-NM) apresentado nesta seção, recorre ao ponto de corte de 1/3 do total da contagem (ponderada) das perdas de qualidade de vida. Este ponto de corte equivale à metade daquele utilizado no índice de pobreza multidimensional e representa o total dos pesos de uma dimensão. Neste sentido o conjunto das pessoas com algum grau de vulnerabilidade inclui também aqueles identificados com algum grau de pobreza.

O IVM-NM no Brasil foi de 14,5 em 2008-2009 e reduziu para 7,7 em 2017-2018, uma queda de cerca de 47%. A diminuição deste índice no período foi menor que a observada através do índice de pobreza multidimensional não monetário (IPM-NM), 65%, como visto anteriormente.

Na área urbana, houve significativa redução no período estudado, 48,1%, com o IVM-NM passando de 12,1 para 6,3. Esta queda foi superior a obtida entre as pessoas que residem na área rural (-39,4%). O IVM-NM da área rural em 2008-2009 foi de 26,0, enquanto em 2017-2018 de 15,8. Nota-se que nos dois períodos o resultado desta área esteve acima do valor obtido para o Brasil.

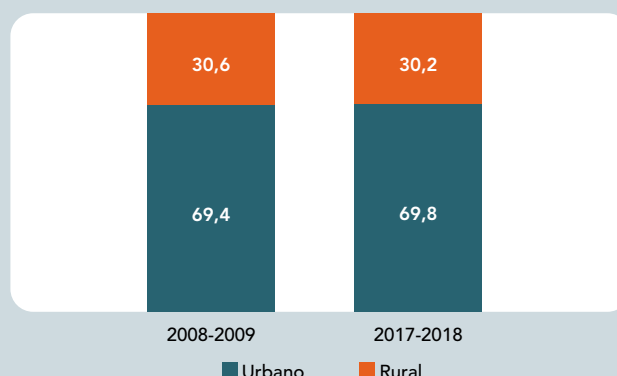
Assim como nas análises em relação à pobreza multidimensional, a partir do IVM-NM associado a cada subgrupo da população, é possível entender a importância de cada parcela que este subgrupo teve para o resultado da vulnerabilidade multidimensional do Brasil. Considerando ainda o subgrupo urbano e rural, percebe-se que, em 2017-2018, mesmo a proporção da população total da área rural estando em torno de 15%, sua contribuição para a vulnerabilidade é o dobro, cerca de 30%. Isto ocorre porque o IVM-NM calculado para este subgrupo foi quase duas vezes a medida referente às pessoas que residiam na área urbana.

Índice de vulnerabilidade multidimensional não monetário, segundo a situação do domicílio



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Contribuição percentual para o IVM-NM por situação do domicílio (%)



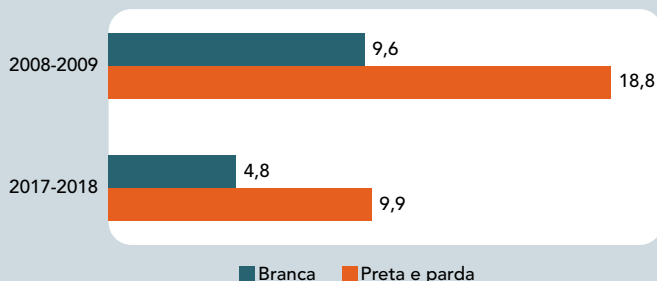
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

A análise sobre a medida de vulnerabilidade não monetária por Grandes Regiões, aponta que entre os anos de 2008-2009 e 2017-2018, o IVM-NM caiu nas cinco Regiões. As Regiões Sul e Sudeste, que já apresentavam os menores índices em 2008-2009, registraram as maiores quedas. A primeira tinha um IVM-NM de 8,2 e reduziu para 3,9, variando -53,1% no período. Já o Sudeste tinha a medida de 9,7 e passou para 5,0, diminuição de 49,0%. A Região Norte em 2017-2018 apresentou o maior IVM-NM do País, posição que já ocupava no período anterior. Em 2008-2009, o IVM-NM era de 24,0 e no período seguinte passou para 13,7, uma queda de 43,0%. Na Região Nordeste o IVM-NM era de 22,3% e reduziu para 12,2 (-45,5%).

Considerando o IVM-NM a partir do subgrupo cor ou raça da pessoa de referência, nota-se que tal índice para o grupo com pessoas de referência da cor preta ou parda foi de 18,8 para 9,9 (2008-2009 para 2017-2018), uma diferença de cerca de 9 pontos sendo uma redução de 47,3%. Por outro lado, o IVM-NM de pessoas de referência da cor branca foi de 9,6 para 4,8. Apesar da queda, em ambos os períodos analisados, o IVM-NM para as de cor preta ou parda permaneceu o dobro em relação ao grupo de pessoa de referência de cor branca. Pode-se inferir, a partir dos dados apresentados, que ocorreu uma redução da vulnerabilidade em ambos os grupos. No entanto, esta queda não alterou a relação entre os grupos, demonstrando que as desigualdades praticamente permaneceram em patamares semelhantes.

Em ambos os períodos analisados, o IVM-NM do grupo de pessoa de referência preta ou parda era maior que o índice nacional. Em 2017-2018 o IVM-NM Brasil foi de 7,7 e o deste grupo de 9,9. Também em 2008-2009 o IVM-NM Brasil foi de 14,5 e do referido grupo 18,8. Notadamente, para o grupo de pessoa de referência de cor branca, o índice sempre era menor que o índice nacional.

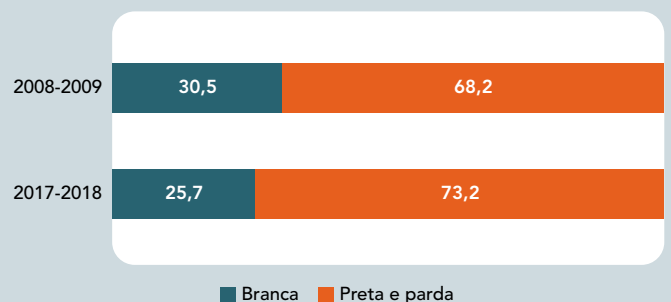
Índice de vulnerabilidade multidimensional não monetário, por cor ou raça da pessoa de referência da família



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

A parcela da população cuja pessoa de referência era de cor preta ou parda tinha uma participação bastante expressiva, independente do período. De acordo com os dados, a participação deste subgrupo em 2008-2009 era de 68,2% e em 2017-2018, de 73,2%. Assim, pode-se perceber que a queda no IVM-NM foi maior para o grupo que a pessoa de referência da família era preta ou parda. No entanto, a contribuição no IVM-NM aumentou para este grupo. Além disso, o IVM-NM das pessoas de referência de cor preta ou parda permaneceu praticamente o dobro das de cor branca, o que pode inferir na manutenção da desigualdade entre grupos.

Contribuição percentual para o IVM-NM, por cor ou raça da pessoa de referência da família (%)

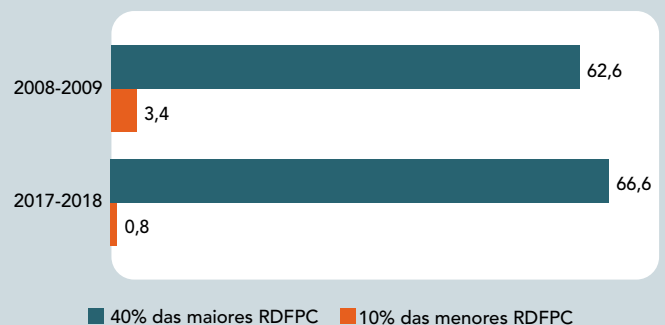


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Considerando a população segundo os décimos de RDFPC, em 2008-2009, o IVM-NM do grupo que pertencia ao primeiro decil da RDFPC era de 29,1 e do último, 3,4. De forma que no primeiro decil a medida de vulnerabilidade era quase 9 vezes a do último decil. No período 2017-2018, houve uma queda do IVM-NM no primeiro decil para 18,0 e do último para 0,5. Um ponto a se destacar foi o aumento da distância entre o primeiro e último decil para cerca de 36 vezes.

A contribuição no IVM-NM Brasil dos que pertenciam ao grupo dos quatro décimos com menores RDFPC foi, em 2008-2009, 62,6% e, 2017-2018, passa para 66,6%. Por outro lado, a contribuição dos que pertenciam ao décimo com maior RDFPC no IVM-NM Brasil era, em 2008-2009, 3,4% e caiu, em 2017-2018, para 0,8%. O que mostra que os grupos com menores recursos continuam tendo uma maior participação no IVM-NM do Brasil. Chama a atenção que dos 66,6% de contribuição registrados em 2017-2018, 40,5% correspondem aos dois primeiros décimos da RDFPC.

Contribuição das 40% menores RDFPC e das 10% maiores RDFPC para o IVM-NM (%)



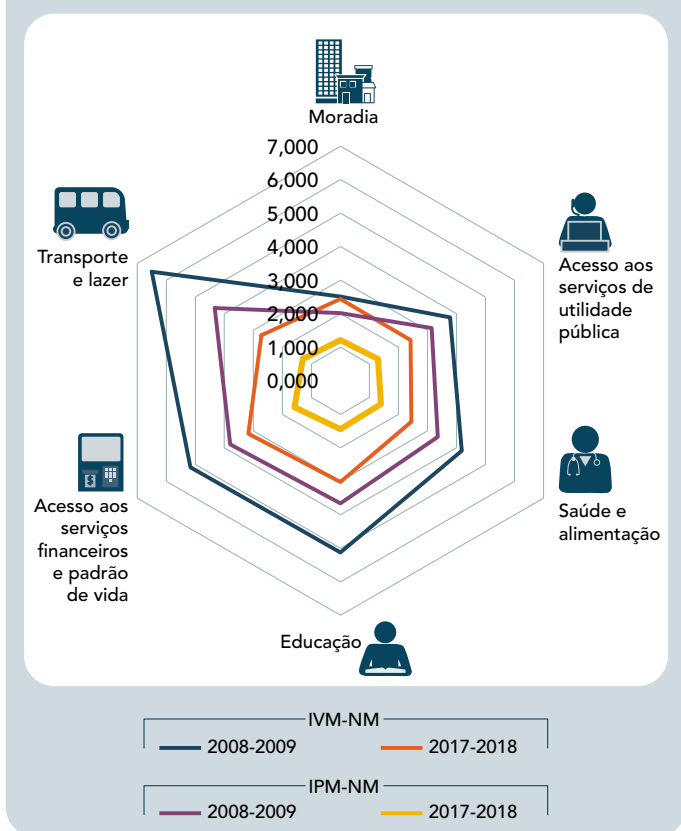
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Nota: RDFPC = Renda disponível familiar per capita.

A importância das dimensões para os índices não monetários de pobreza e vulnerabilidade multidimensional

Com o intuito de observar qual a importância de uma dada dimensão nos resultados tanto do índice de pobreza multidimensional não monetário (IPM-NM) quanto no de vulnerabilidade multidimensional não monetário (IVM-NM), pode-se calcular quanto seriam esses índices caso não houvesse perdas para uma dada dimensão, analisando cada caso apenas na dimensão especificada. As diferenças entre, por exemplo, as medidas de vulnerabilidade e as mesmas medidas recalculadas excluindo as perdas de uma dimensão são os chamados efeitos marginais. Para melhor compreender o impacto desses efeitos, pode-se também calcular a contribuição percentual do efeito marginal de cada dimensão na soma dos efeitos marginais de todas as dimensões⁸.

Efeitos marginais, por índices de vulnerabilidade e pobreza multidimensionais não monetários, segundo as dimensões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Contribuição para a soma dos efeitos marginais, segundo as dimensões selecionadas (%)

Situação de domicílio	Contribuição para a soma dos efeitos marginais (%)			
	IVM-NM (1)		IPM-NM (2)	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Moradia	9,2	15,0	9,9	14,7
Acesso aos serviços de utilidade pública	13,9	14,9	15,5	15,8
Saúde e alimentação	15,3	15,1	16,5	17,0
Educação	18,8	18,6	18,0	17,6
Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida	19,0	19,5	18,7	19,2
Transporte e lazer	23,8	16,8	21,3	15,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

(1) Índice de Vulnerabilidade Multidimensional Não Monetário. (2) Índice de Pobreza Multidimensional Não Monetário.

Levando-se em conta os efeitos marginais no caso da vulnerabilidade, em 2008-2009, muito embora todas as dimensões sejam significativas, transporte e lazer, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida e educação, tiveram os maiores impactos sobre o IVM-NM e consequentemente gerando mais vulnerabilidade. Quando observamos a contribuição para as somas dos efeitos marginais, os percentuais foram respectivamente 23,8%, 19,0% e 18,8%, respectivamente.

Cabe observar que a dimensão moradia foi aquela que apresentou menor impacto relativo dentre os resultados observados para o IVM-NM com base na POF 2008-2009 (9,2%). Já quando consideramos a POF 2017-2018 a dimensão serviços de utilidade pública, neste índice de vulnerabilidade, foi a que menos contribuiu para a soma dos efeitos marginais (14,9%).

De maneira geral em se tratando da POF 2017-2018 os efeitos marginais das dimensões estão mais próximos, o que indica que todas as dimensões tiveram importância no resultado do índice, com uma pequena diferença nas intensidades. Porém, é importante ressaltar, assim como ocorreu na pesquisa anterior, na POF 2017-2018 acesso aos serviços financeiros e padrão de vida (19,5%), educação (18,6%) e transporte e lazer (16,8%) foram as dimensões que mais impactaram no IVM-NM.

Como esperado, um resultado semelhante ao da vulnerabilidade pode ser visto quando consideramos as medidas de pobreza levando em conta os dados obtidos na POF 2008-2009. Nesse caso, quando observamos a contribuição para os efeitos marginais,

⁸ Para melhor detalhamento do cálculo dos efeitos marginais, ver o documento **Notas técnicas** que acompanha essa publicação.

nais, os percentuais foram de 18,0% para educação, 18,7% para acesso aos serviços financeiros e padrão de vida e de 21,3% para transporte e lazer. A dimensão moradia foi a que menos contribuiu, com a participação de 9,9%.

Ao observarmos os efeitos marginais das dimensões no resultado do índice de pobreza obtido com os dados da POF 2017-2018, podemos constatar que os valores do efeito marginal para cada dimensão são ainda mais próximos, o que reforça, como aconteceu com o índice de vulnerabilidade, que todas as dimensões consideradas impactam de maneira muito semelhante no resultado final da medida de pobreza.

Considerando o índice de pobreza (IPM-NM) da POF 2017-2018, as dimensões saúde e alimentação (17,0%), educação (17,6%) e acesso aos serviços financeiros e padrão de vida (19,2%) foram as que apresentaram os maiores percentuais quando consideramos a contribuição para a soma dos efeitos marginais. A dimensão moradia (14,7% em 2017-2018) foi a que menos contribuiu, a exemplo do que ocorreu na POF 2008-2009.

Outra abordagem útil para análise dos dados é observar os índices de pobreza com as respectivas contribuições marginais, bem como a importância de cada dimensão, tendo como base de análise as Unidades da Federação. No caso dos índices de pobreza veremos que, como aconteceu para o Brasil, houve uma melhora entre os resultados obtidos com as POFs 2008-2009 e 2017-2018, muito embora essa tenha sido bastante desigual tanto entre as Grandes Regiões quanto quando consideramos cada Estado individualmente.

Inicialmente podemos ressaltar que tanto em 2008-2009 quanto 2017-2018 nenhum Estado das Regiões Norte e Nordeste obteve um valor menor que o IPM-NM calculado para o Brasil. Entretanto, vários Estados dessas Regiões apresentaram melhoras bastante significativas. Na Região Norte, quatro Estados tiveram uma redução de mais de 8 pontos em seus índices de pobreza. São eles: Acre (de 14,6 para 6,4, redução de 8,2), Tocantins (de 12,3 para 2,7, redução de 9,6), Pará (de 16,4 para 6,5, redução de 9,9) e Roraima (13,3 para 2,3, redução de 10,9).

Já no caso da Região Nordeste pelo menos cinco Estados também obtiveram uma redução de mais de 8 pontos: Alagoas (de 12,8 para 4,7, redução de 8,1), Bahia (de 13,1 para 3,9, redução de 9,2), Sergipe (de 12,4 para 3,1, redução de 9,4), Piauí (de 14,1 para 4,3, redução de 9,7) e Maranhão (de 18,7 para 7,7, redução de 11,0). No caso específico do Maranhão, em 2008-2009, a diferença entre IPM-NM obtido para o Brasil (6,7) e para o Estado (18,7) era de 12 pontos, enquanto a diferença em 2017-2018 foi de 5,4 pontos, o que é bastante relevante em termos de melhoria nas condições consideradas para a construção do índice. Cabe ressaltar ainda a tendência das Unidades da Federação mais pobres em reduzir os índices de forma mais acentuada.

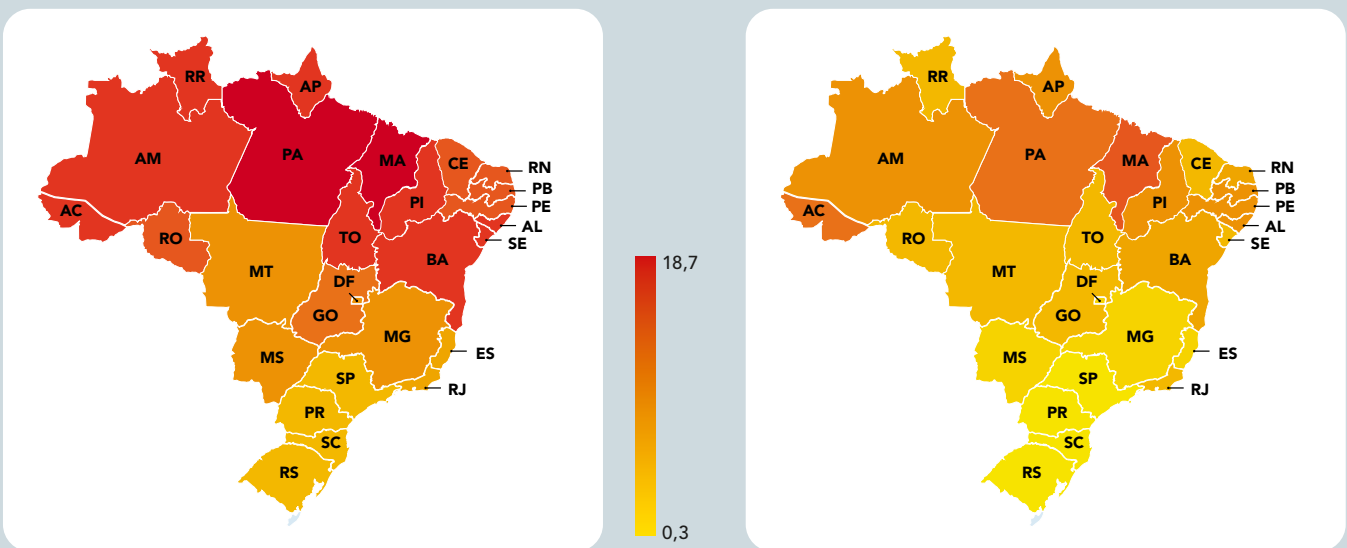
Nos demais Estados do País, que obtiveram índices de pobreza menores que o obtido para o Brasil, tanto em 2008-2009 quanto 2017-2018, as quedas foram menores, variando entre 1,3 (Rio Grande do Sul) e 3,8 (Goiás).

Tendo como base os valores obtidos com os dados da POF 2017-2018, também podemos observar os efeitos marginais para a composição do IPM-NM para os diversos Estados.

Índice de pobreza multidimensional não monetário, segundo as Unidades da Federação

2008-2009

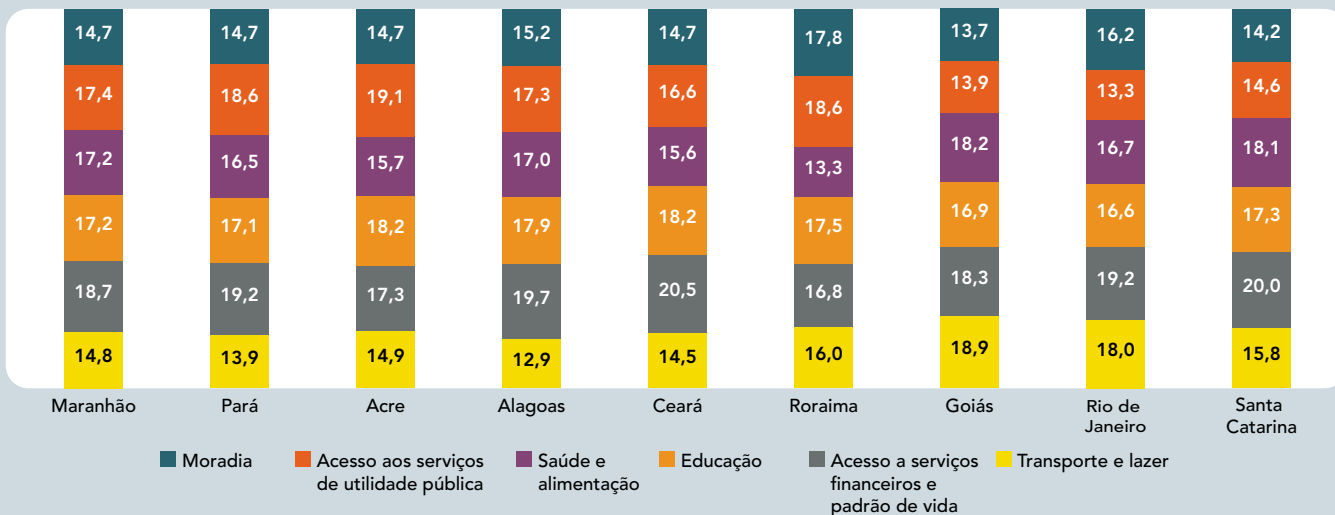
2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Contribuição percentual das dimensões para o total dos efeitos marginais no IPM-NM (%)

2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Na Região Norte, o Estado do Pará teve o maior IPM-NM (6,5), seguido do Acre (6,4), e o menor foi em Roraima (2,3). Quando consideramos as contribuições para o total dos efeitos marginais das dimensões, no caso destes dois Estados com maiores índices, vemos que acesso aos serviços de utilidade pública foi importante em ambos os casos. No caso do Acre foi a dimensão que mais contribuiu com 19,1%. Já acesso a serviços financeiros e padrão de vida foi a dimensão que mais contribuiu no Pará, com 19,2%, enquanto a dimensão educação foi relevante no Acre com 18,2%.

Quando examinamos a Região Nordeste, os Estados do Maranhão (7,7) e de Alagoas (4,7) apresentaram os maiores IPM-NM. Entretanto, é importante ressaltar, como já foi mencionado, que mesmo que seja o Estado com o índice mais alto, o Maranhão apresentou a maior diferença entre os dois períodos analisados. Quando levamos em conta a contribuição dos efeitos marginais das dimensões em 2017-2018, para este Estado, muito embora todas sejam significativas, acesso a serviços financeiros e padrão de vida apresentou a maior contribuição com 18,7%, menos do que o percentual para o Brasil (19,2%). Esta dimensão também foi a mais relevante para o Estado de Alagoas, com uma contribuição de 19,7%, neste caso maior que o valor obtido para o Brasil.

Por outro lado, o Estado do Ceará apresentou a menor medida de pobreza na Região Nordeste (3,0). Quando olhamos as contribuições percentuais para o total dos efeitos marginais, acesso a serviços financeiros e padrão de vida com 20,5% e educação com 18,2% se destacam.

Uma vez que nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul os valores do IPM-NM ficaram abaixo do obtido para o Brasil, no conjunto dessas Regiões, podemos destacar os Estados de Goiás (2,2) e do Rio de Janeiro (2,1) como os mais próximos do resultado nacional (2,3). No caso de Goiás, a dimensão transporte e lazer (18,9%) foi a que contribuiu com o maior percentual para a soma dos efeitos marginais. No caso do Rio de Janeiro, acesso a serviços financeiros e padrão de vida (19,2%) foi a que teve o maior impacto.

Como já acontecia em 2008-2009, com o índice de 2,0, o Estado de Santa Catarina foi o que apresentou o menor IPM-NM entre todos os Estados. Este fato também ocorreu com os dados da POF 2017-2018, quando este Estado apresentou um índice de 0,3. No caso das contribuições percentuais para a soma dos efeitos marginais, acesso a serviços financeiros e padrão de vida com 20,0% e saúde e alimentação com 18,1% foram as dimensões com maior importância.

Índice de pobreza multidimensional com componente relativo

A mensuração do fenômeno da pobreza, tomada sob uma visão multidimensional, estabelece um complexo cenário de identificação de grupos com maior ou menor grau de pobreza. Neste sentido, uma técnica bastante difundida é a que se utiliza de conceitos relativos de pobreza que buscam a informação sobre o grau de pobreza comparando as vantagens e desvantagens observadas em diferentes parcelas da população. O índice de pobreza multidimensional com componente relativo (IPM-CR)⁹ não precisa adotar pontos de corte, nem classificar as pessoas estritamente como pobres e não pobres. O IPM-CR utiliza uma função de ligação ou pertencimento entre 0 e 1 para mensurar este conceito relativo, o que é feito com base nas informações contidas nas diferentes parcelas da distribuição das perdas de qualidade de vida. Tal função de pertencimento associa para cada pessoa um grau ou componente relativo. Juntos, o componente relativo e o nível de perdas de qualidade de vida de cada pessoa determinam os distintos graus de pobreza na população, assim como valor do índice.

⁹ Para mais detalhes sobre o índice, consultar o documento **Notas técnicas** desta publicação.

Importante ressaltar desde já que as abordagens absolutas apresentadas anteriormente e a abordagem com componente relativo não são concorrentes, mas sim complementares. Sendo que a primeira utiliza informações por linhas pré-definidas para identificação e mensuração da pobreza, enquanto o IPM-CR incorpora a dinâmica da própria distribuição em todas as etapas.

Quando analisamos o quadro pela ótica do IPM-CR, podemos inicialmente observar que, de uma maneira geral, entre os resultados obtidos com os dados das POFs 2008-2009 e 2017-2018 houve uma melhora para o Brasil e nos diversos condicionantes e subgrupos selecionados. Quando, por exemplo, consideramos o IPM-CR para o Brasil, esta medida foi de 15,0 em 2008-2009 e reduziu para 12,0 em 2017-2018, uma variação no período de 3,0 pontos o que equivale a uma queda de 20,0%. Na área urbana, o índice caiu cerca de 18,5%, passando de 13,0 no primeiro período para 10,6 no segundo. A redução no índice da área rural em termos percentuais foi praticamente a mesma, 18,8%, com resultado de 25,0 em 2008-2009 e 20,4 em 2017-2018. A contribuição percentual da área urbana para o índice Brasil teve um pequeno aumento (foi de 71,6% para 75,1%) enquanto na área rural teve, conseqüentemente, uma pequena queda (foi de 29,9% para 28,6%). Muito embora a existência de uma redução desejada, é notável a diferença entre a intensidade da pobreza medida para área rural em comparação com a área urbana.

Assim também todas as Grandes Regiões apresentaram redução do IPM-CR no período. Por um lado, as Regiões Sul e Sudeste, que já tinham os índices mais baixos do Brasil em 2008-2009, continuaram tendo os menores em 2017-2018, mas foram também as que tiveram as menores reduções com o IPM-CR, caindo de 9,7 em 2008-2009 para 8,0 na Sul e de 10,9 para 9,1 na Sudeste. Já as Regiões Norte e Nordeste que, tinham e continuam apresentando os maiores índices nas duas edições da pesquisa, apresentaram as maiores quedas sendo que na Região Nordeste o IPM-CR foi de 21,7 para 16,7 e na Norte foi de 23,2 para 18,3.

Quando observamos os resultados do IPM-CR a partir do condicionante de cor ou raça da pessoa de referência, no grupo com pessoas de referência da cor preta ou parda o índice caiu de 18,7 para 14,4 (redução de cerca de 23% entre os dois períodos investigados pela POF), enquanto no caso do grupo com pessoas de referência da cor branca caiu de 10,8 para 8,9 (redução de 17,6%). Entretanto, a despeito da melhora no índice, a desigualdade entre os dois subgrupos ainda persiste quase inalterada, haja vista que as contribuições percentuais para o total do índice nacional pouco se modificaram entre os dois períodos, sendo que no caso do subgrupo tendo pretos e pardos como a pessoa de referência houve até um pequeno aumento de 65,4% em 2008-2009 para 68,4% em 2017-2018.

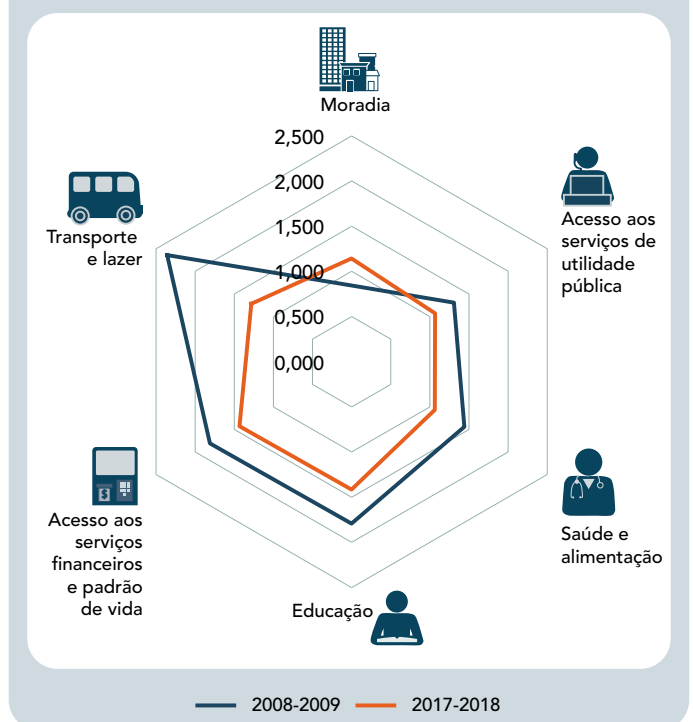
No caso do subgrupo cuja pessoa de referência da família era homem o índice variou de 14,9 para 11,4 e, no caso do subgrupo cuja pessoa de referência da família era mulher variou de 15,3 para 13,0.

A medida de pobreza pelo IPM-CR segundo o nível de instrução da pessoa de referência da família registrou, para praticamente todos

os níveis de instrução, redução no período analisado. Percebe-se que no IMP-CR, como ocorreu com o IVM-NM e o IPM-NM, uma relação direta entre uma maior pobreza multidimensional e um menor nível de instrução das pessoas de referência da família. O subgrupo cujas pessoas de referência da família eram sem instrução apresentaram um valor de IPM-CR (25,1 em 2008-2009 e 21,3 em 2017-2018) muito acima das demais categorias. Já no subgrupo cuja pessoa de referência tinha superior completo, os índices foram de 5,1 para 4,8.

Como esperado, podemos ver uma forte relação inversa entre os décimos de renda e os valores do IPM-CR, ou seja, os primeiros decis apresentando os maiores índices e os últimos os menores. Entre o primeiro e o quarto decil, tanto na POF 2008-2009 quanto na POF 2017-2018, apesar da melhora geral nos resultados com variações absolutas que foram de 3,8 a 5,3 pontos, todos os valores estão acima dos obtidos para o Brasil nas respectivas edições da pesquisa. Por outro lado, os valores do IPM-CR definidos para o oitavo, nono e décimo decil em ambos os períodos, com variações entre elas de 1,3 a 1,8, foram significativamente abaixo dos valores para o índice do País. Podemos observar, por exemplo, que, considerando o IPM-CR de 2017-2018, os valores do primeiro, segundo e terceiro decil foram 22,5, 17,9 e 15,6 respectivamente, enquanto para o Brasil o IPM-CR foi de 12,0. Já nos decis oitavo, nono e décimo os valores foram de 7,9, 6,3 e 3,7 respectivamente.

Efeitos marginais no IPM-CR, segundo as dimensões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Analisando o IPM-CR pela perspectiva dos efeitos marginais, ou seja, calculando a contribuição percentual do efeito marginal de cada dimensão na soma dos efeitos marginais de todas as dimensões, podemos destacar que, em 2008-2009, transporte e lazer (24,7%), acesso aos serviços financeiros e padrão de vida (18,9%) e educação (18,8%) foram as dimensões que mais impactaram negativamente no índice. Moradia (8,8%) por sua vez, foi aquela que apresentou menor impacto relativo dentre os resultados observados para o índice com base na POF 2008-2009.

Levando em consideração os dados da POF 2017-2018, as mesmas três dimensões, embora com mudanças de posição, foram as que apresentaram maior importância relativa: acesso aos serviços financeiros e padrão de vida (19,3%), educação (19,1%) e transporte e lazer (17,3%). Serviços de utilidade pública

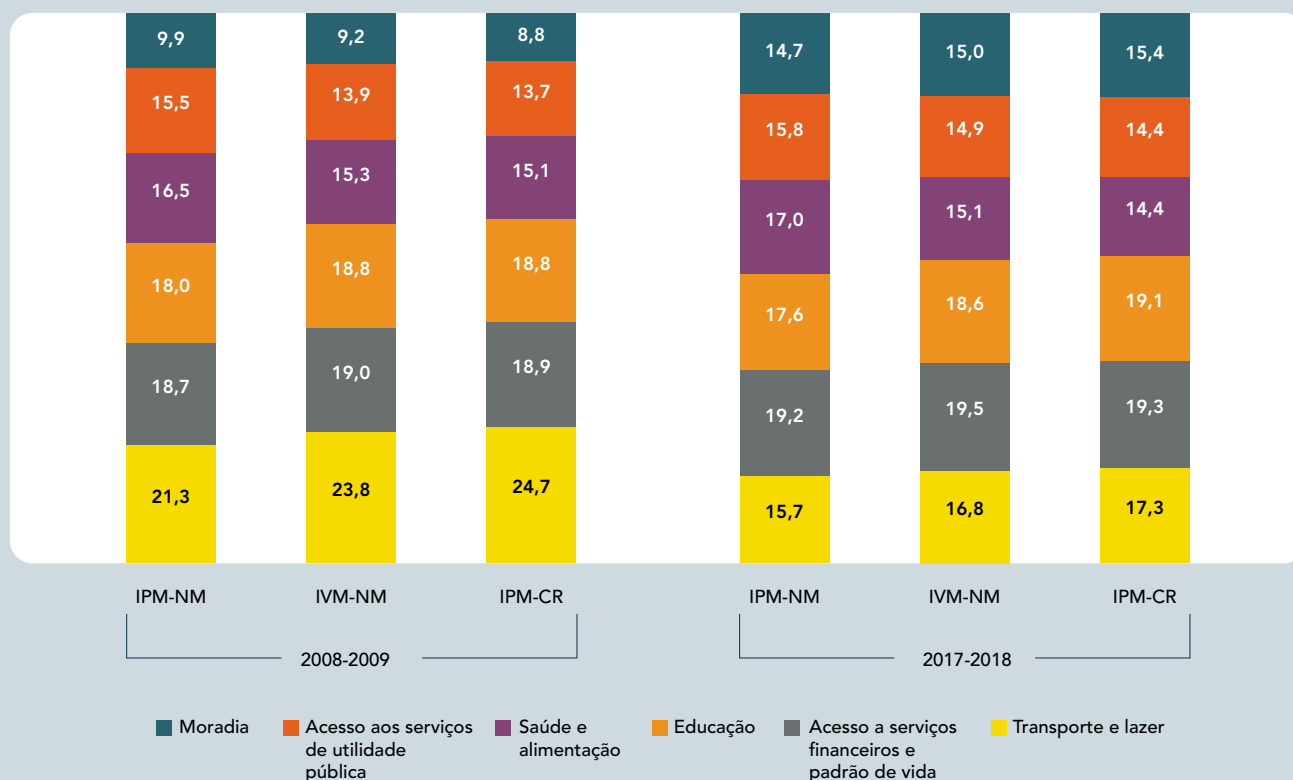
e saúde e alimentação foram a que apresentaram menor impacto, ambas com 14,4%. Novamente é importante observar que, com os dados de 2017-2018, os efeitos marginais de todas as dimensões, a exemplo do que aconteceu com os resultados obtidos para o IVM-NM e IPM-NM anteriormente analisados, ficaram mais próximos, o que reforça a ideia de que todas as dimensões são relevantes no resultado final do IPM-CR. Podemos estabelecer uma comparação entre os três índices apresentados. Assim notaremos que mesmo com metodologia diferente há proximidade entre os valores das contribuições relativas e há indicações de que as dimensões se comportaram de forma muito semelhante. Dessa forma, as medidas e índices apresentados sugerem estratégias semelhantes para o combate à pobreza.

Como foi feito na abordagem anterior, podemos observar o IPM-CR com as

respectivas contribuições marginais, bem como a importância de cada dimensão, tendo como base de análise as Unidades da Federação. Igualmente por essa metodologia, tanto em 2008-2009 quanto 2017-2018, nenhum Estado das Regiões Norte e Nordeste obteve um índice menor que o índice calculado para o Brasil (15,0 em 2008-2009 e 12,0 em 2017-2018). Podemos observar também que, com o IPM-CR, houve uma melhora geral entre os resultados obtidos com as POFs 2008-2009 e 2017-2018, embora tenham partido de níveis desiguais de pobreza, tanto entre as Grandes Regiões quanto quando consideramos cada Estado.

Considerando os valores do IPM-CR obtidos com os dados da POF 2017-2018 e os efeitos marginais para a composição dos índices nos diversos Estados, podemos fazer alguns destaques.

Contribuição percentual das dimensões para o total dos efeitos marginais no IPM-NM, IVM-NM e IPM-CR (%)

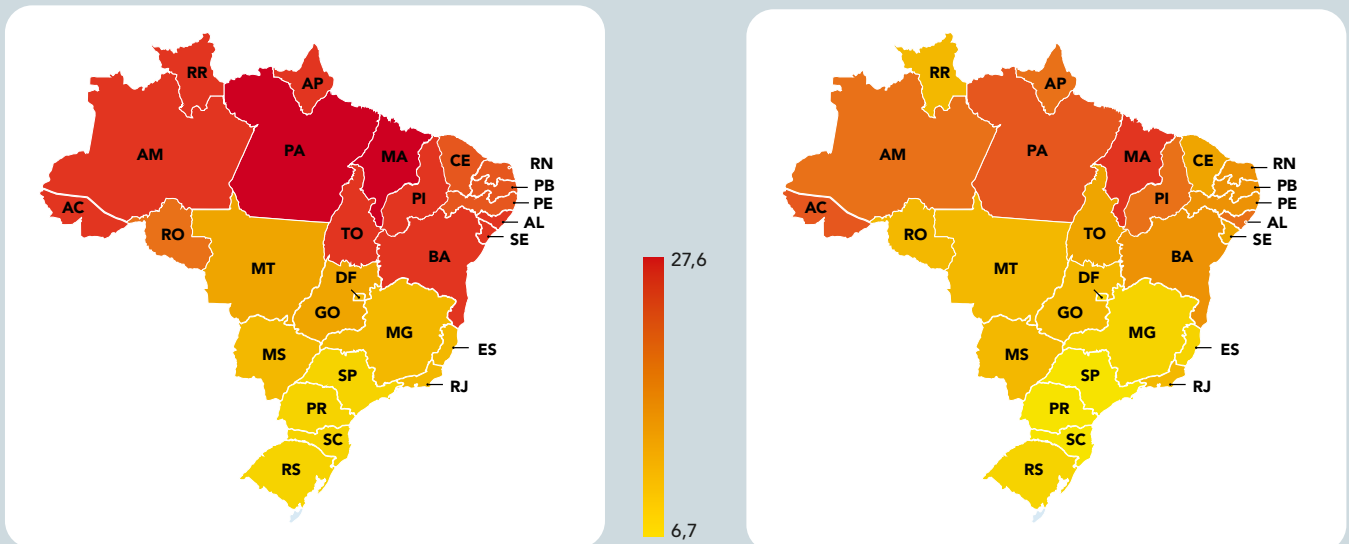


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Índice de pobreza multidimensional com componente relativo, segundo as Unidades da Federação

2008-2009

2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Na Região Norte, o Estado do Pará apresentou o maior IPM-CR (20,0) do seguido do Acre (19,0) e o menor foi em Roraima (13,0). Quando consideramos as contribuições para o total dos efeitos marginais das dimensões, nos casos dos Estados com maiores índices, vemos que acesso aos serviços de utilidade pública foi a dimensão de maior importância (Acre 20,0% e Pará 19,8%) impactando mais negativamente para o resultado do índice.

Na Região Nordeste, os Estados do Maranhão (22,0) e de Alagoas (17,6) apresentaram os maiores IPM-CR. Quando levamos em conta a contribuição dos efeitos marginais das dimensões em 2017-2018, para estes Estados, acesso a serviços financeiros e padrão de vida apresentou a maior contribuição com 20,3% em Alagoas e 19,3% no Maranhão. No Maranhão a dimensão acesso aos serviços de utilidade pública, entretanto, mesmo tendo um percentual menor na soma dos efeitos marginais (18,1%) apresentou um valor acima do valor Brasil (14,4%). Esta dimensão também foi importante no Estado de Alagoas com uma contribuição de 18,3%, também neste caso contribuição maior que a obtida para o Brasil.

Sergipe foi o Estado da Região Nordeste que não só apresentou o menor IPM-CR, mas também o que teve a maior diminuição no índice, de 21,5 em 2008-2009 para 14,5 em 2017-2018 (queda de 7,0 pontos entre as duas edições da pesquisa). Nesse caso as dimensões que apresentaram as maiores contribuições percentuais foram acesso a serviços financeiros e padrão de vida com 20,3% e educação com 20,0%. Saúde e alimentação (16,0%), mesmo ficando abaixo das duas maiores, teve o valor da sua contribuição significa-

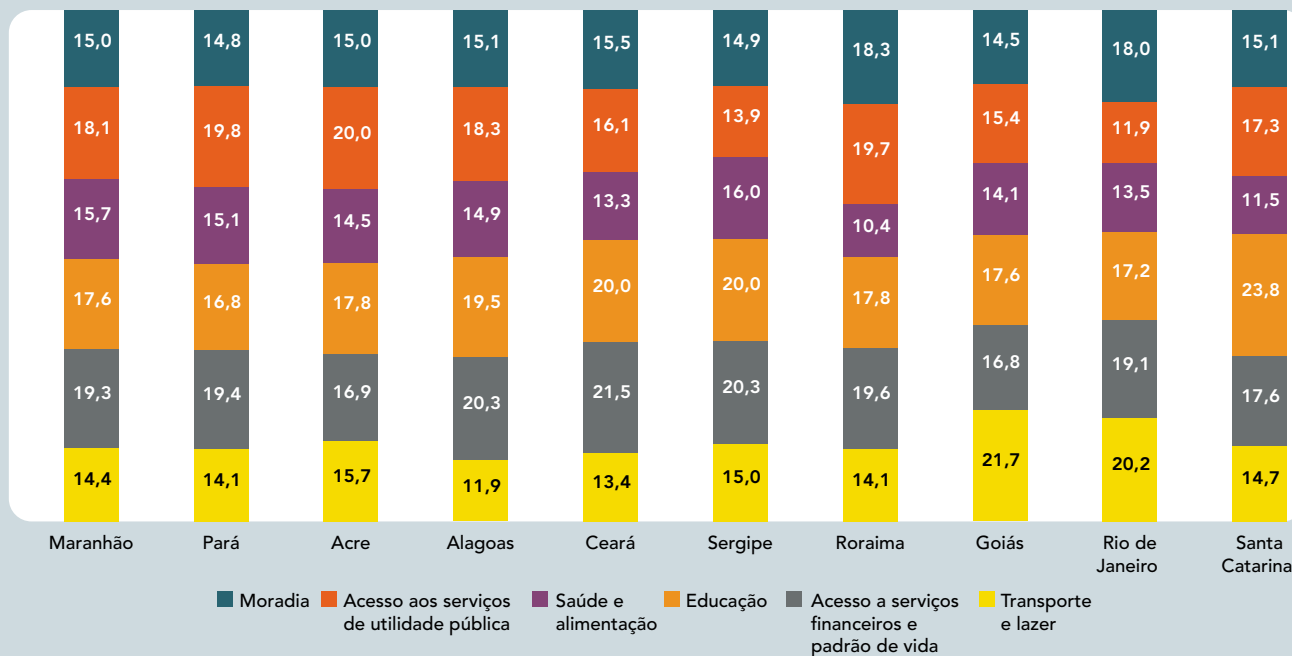
tivamente relevante comparado aos valores do País (14,4%). Acesso aos serviços de utilidade pública com 13,9%, moradia com 14,9% e transporte e lazer com 15,0% foram as dimensões que apresentaram as menores contribuições, todas com valores abaixo dos obtidos para o Brasil.

Nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, assim como foi observado nas demais, também são observadas diferenças, tanto na intensidade da pobreza medida pelo IPM-CR quando para a dinâmica das contribuições das dimensões para a soma dos efeitos marginais que são sentidos no resultado do índice quando as perdas de cada dimensão são desconsideradas para a geração dos resultados. Neste sentido, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Rio de Janeiro com 11,2, muito perto dos 12,0 do índice nacional, também se destacam. No Rio de Janeiro, transporte e lazer (20,2%) foi a dimensão que mais impactou negativamente para o resultado final do índice, uma vez que apresentou a maior contribuição relativa para a soma dos efeitos marginais observados. A dimensão moradia também foi destaque no Rio de Janeiro, com contribuição de 18,0%, 2,6 p.p. acima da contribuição para o índice no Brasil.

Santa Catarina (6,7) foi o Estado com o menor IPM-CR em todo o País. As dimensões educação com 23,8% e acesso aos serviços de utilidade pública com 17,3% foram as que apresentaram contribuições relativas para a soma dos efeitos marginais significativamente maiores que aquelas observadas para o caso do Brasil. Já as dimensões transporte e lazer com 14,7% e saúde e alimentação com 11,5% foram as que menos impactaram o índice do Estado.

Contribuição percentual das dimensões para o total dos efeitos marginais no IPM-CR (%)

2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Todos esses dados vistos em conjunto, o que inclui os três índices, permitem uma perspectiva bastante ampla e complexa que fornecem informações complementares para a questão do combate à pobreza e as estratégias a serem adotadas em termos de políticas públicas. Os resultados apontam para uma forte redução dos três índices e consequentemente da pobreza e da vulnerabilidade, porém em magnitudes distintas. O IPM-CR, por incluir um componente relativo, apresenta as menores reduções, indicando que as diferenças relativas na qualidade de vida continuam presentes no período de 2017-2018. Além disso, os valores dos três índices diminuíram para todos os seguimentos da população.

Contudo, por mais que haja ganhos absolutos com a queda da pobreza ou da vulnerabilidade, os maiores valores dos três índices continuam concentrados nos seguimentos menos favorecidos, indicando um componente estrutural da desigualdade de qualidade de vida que já estava presente em 2008-2009 e permaneceu em 2017-2018. Quanto as dimensões, os três índices sugerem estratégias similares no combate à pobreza e vulnerabilidade. No Brasil, em 2017-2018, as dimensões acesso aos serviços financeiros e padrão de vida e educação tiveram maior impacto, porém elas não se diferenciam tanto das demais, ressaltando o caráter multi-dimensional da pobreza e da vulnerabilidade. ■

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Pesquisas por
Amostra de Domicílios

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
José Mauro de Freitas Júnior/IBGE

Impressão
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.

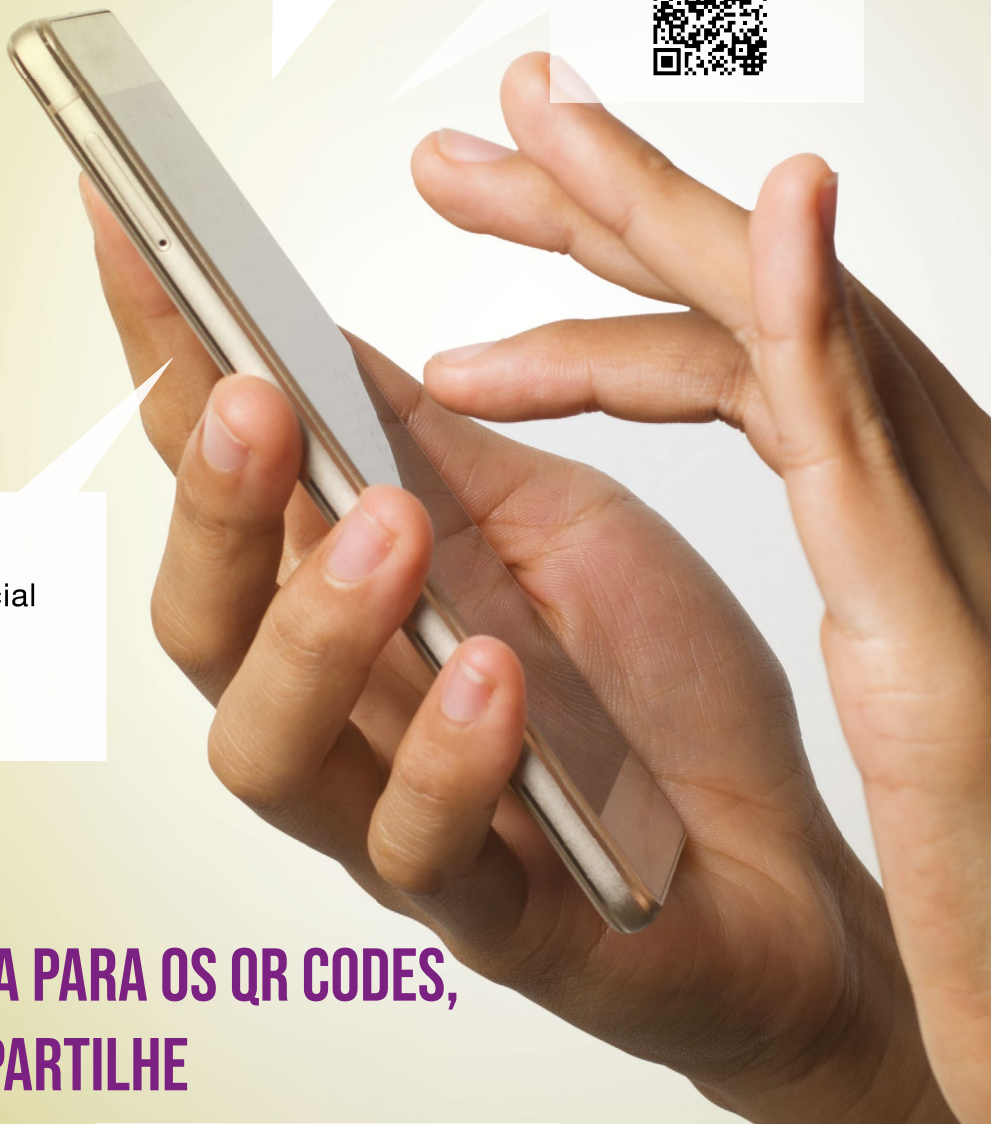
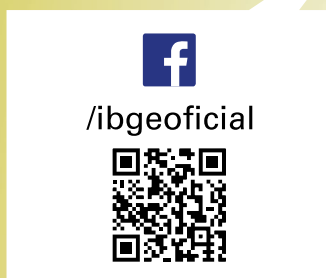
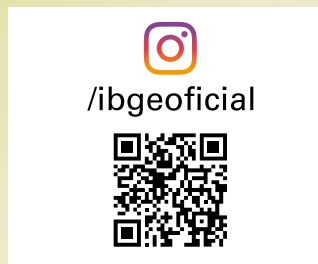
[f /ibgeoficial](#) [@ /ibgeoficial](#) [@ /@ibgeoficial](#)
[t /ibgecomunica](#) [v /ibgeoficial](#)



Saiba mais sobre a
pesquisa.

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

SIGA O IBGE NAS REDES SOCIAIS E CONHEÇA MAIS SOBRE O BRASIL



APONTE SUA CÂMERA PARA OS QR CODES,
ACESSE, USE E COMPARTILHE